

Viver como ladrão no sul da Bahia **capítulos de uma história social do crime** **(Itabuna, década de 1950)**

 **Erahsto Felício de Sousa**

Mestre em História Social
Universidade Federal da Bahia

Resumo:

Em meio às paisagens históricas do sul da Bahia, não existiam apenas coronéis, jagunços e “gabrielas”. A história que se segue percorre trajetórias de sujeitos pobres que viviam do roubo ou foram sentenciados circunstancialmente por este delito. Trata-se de uma história social do crime que busca analisar um pouco da economia das maltas de ladrões e identificar aspectos culturais de suas práticas. Alguns personagens aqui elencados roubavam e viviam para o luxo, já outros roubavam para se sustentar em meio a uma cidade com forte desigualdade social. O debate teórico é claramente marcado por uma discussão sobre as táticas dos ladrões em contraste com a rede de vigilância das estruturas de poder do Estado. Será feito um debate sobre a descredibilidade que estes marginais experimentavam face às instituições sociais e, por fim, o que uma historiografia que pensa e narra a história dos subalternos tem a dizer frente à tradição de historiadores da “região cacauzeira”.

Palavras-chave:

Brasil — História — 1945-1964
Exclusão social — Itabuna (BA)
Roubo — Itabuna (BA)

Este artigo é parte do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida em 2010, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Edilece Couto no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As cidades do sul da Bahia ficaram conhecidas no século XX pelo apogeu da economia cacaueteira e pelas imagens literárias construídas por Jorge Amado e Adonias Filho. Daí retiramos as caricaturas da riqueza produzida pelo cacau, o poderio dos coronéis e, quiçá, a presença dos camponeses. Muitos personagens da história, entretanto, são obliterados pela imagem potente dos grupos de poder. Esta pesquisa se insere em uma pequena tradição de pesquisa, bastante recente, que buscava justamente os “outros” do poder no sul da Bahia. A história que se segue narra e analisa a vida de pessoas pobres que, a mais das vezes, tiveram que viver como ladrões, entre ruas e casas de pessoas ricas, vivendo furtivamente e cuidando para não aparecerem nas páginas policiais dos jornais locais. Veremos que na cidade dos “coronéis” havia muitos que desafiavam a lei em um misto de sobrevivência e estilo de vida.

“Ocasão” é um termo muito caro para entender a vida de ladrões em Itabuna no período estudado. Na noite de 30 para 31 de janeiro de 1952, quatro ladrões roubaram a residência e pensão de Jacob Bittat. Um dos que participaram daquela ação afirmou que “penetrou [na casa] por ter encontrado a porta do fundo aberta”.¹ A ocasião, neste caso, por certo não fez o ladrão, uma vez que o depoente e outro dos quatro participantes já eram conhecidos da polícia. Contudo foi o fato de terem aproveitado esta situação que estes sujeitos subalternos se tornaram visíveis para esta história.

Um dos ladrões, conhecido como Farrapo (Pedro Silva Santos, natural de Jequié, tinha nascido em 13 de maio de 1934, portanto tinha 18 anos, analfabeto, sem profissão, pardo, católico, de situação social reconhecida como miserável e seus pais moravam na Mangabinha, subúrbio da cidade) estava naquela noite junto com Antonio dos Santos (conhecido como Guaiamun), o depoente mencionado, um jovem de 19 anos, pardo, nascido no distrito e Cajaíba, município de Valença, analfabeto e que à época morava num cômodo na Mangabinha.² Outros dois ladrões estavam com eles naquela noite, Zaú e Carboreto, dos quais não tenho informações individualizadas. Da casa de Jacob Bittat levaram dois litros de uísque, dois

1 Brasil, Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (BR CEDOC/UESC), Arquivo Judiciário de Itabuna, Vara Crime (AJI VC), Processo 1438, Acusa e julga Antonio dos Santos, vulgo Antonio Gaiamun por roubo, *Termo de interrogatório de Antonio Santos em Itabuna no dia 07.02.1952*, f. 4.

2 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 3086/1952, *Cópia do auto de prisão em flagrante de 14.11.1951 em Itabuna*, ff. 3-4; *Cópia do termo de declaração*, f. 26.

litros de conhaque e duas garrafas de cinzano. A quantia do roubo foi pouca comparando ao número de membros daquela malta, de modo que se planejaram o roubo à pensão, algo os fizeram não levar objetos de maior valor. De fato a ocasião “porta do fundo aberta” fora determinante.

Foi por conta especificamente deste roubo que Antonio Guaiamum foi preso. E os documentos de sua prisão nos revelam três importantes elementos: 1) a solidariedade entre os ladrões; 2) a economia de um pequeno covil; 3) e que a prática do roubo obedecia, após a lógica da sobrevivência, um estilo de vida. Estes três elementos devem nos esclarecer sobre dimensões ainda não analisadas na vida dos ladrões e podem contribuir com o debate sobre produção de delinquência e crime, no qual Michel Foucault continua sendo muito caro.

O covil da solidariedade

Guaiamum nos revela no depoimento que deu no ato de sua prisão que “apesar de ser gatuno profissional, não tem agido; que tanto não tem agido que para comer seus companheiros, Zaú, José e Pedro Farrapo eram quem saiam a rua para arranjar mantimentos e levarem” para ele.³ É possível que Guaiamum estivesse aqui agindo conforme certa consciência em que apesar de pactuar com o companheiro, nem sempre quer sofrer a penalidade sozinha. Contudo não é nesta hipótese que acredito. Em interrogatório realizado cinco dias depois, o próprio Guaiamum reafirma esta posição de que apesar de viver de roubos, não estava mais roubando. Ele afirma que depois do roubo à casa de Jacob Bittat “só saiu a rua uma unica vez (...), mas não agiu com cousa alguma; que Zaú e José, um gatuno que está preso, era quem saia a rua para vender mercadorias e levar para casa o que comer”.⁴ Só que diferentemente da postura de quem está entregando seus companheiros, ele afirma adicionalmente “que sempre agiu sosinho e na ocasião do furto da casa de Jacob foi que juntou-se a Pedro Farrapo, Carboreto e Zaú”.⁵

3 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438, *Auto e prisão em flagrante de 02.02.1952*, ff. 2-2v.

4 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438, *Termo de declaração*, f. 4v.

5 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438, *Termo de declaração*, f. 4v.

Alguns meses antes, Pedro Farrapo tinha se insurgido contra um receptador de objetos roubados por solidariedade à malta em que estava e por autonomia, para que roubasse apenas para si. Farrapo aparece neste novo caso participando de um roubo só que não mais como subordinado a um receptador. Muito embora o novo covil fosse o cômodo que Guaiamum estava residindo, de onde foram apreendidas muitas mercadorias, não há qualquer elemento discursivo em todo processo que afirme ou deixa subentendido uma subordinação como a que ocorria meses antes. Farrapo estava agora roubando entre iguais. E como igual ele ajudava seu colega de furto, vendendo as mercadorias e providenciando mantimentos. Não se sabe se Guaiamum estava doente ou simplesmente não saía de casa para evitar sua associação com o roubo, uma vez que era maior de idade, podendo ficar preso, e que era muito conhecido das autoridades por suas muitas outras passagens pela polícia. Contudo o fato é que eram seus colegas de furtos que os auxiliavam diante destes possíveis problemas. Pois quando resolveu parar um pouco de “agir”, após o roubo da casa de Jacob Bittat, ele afirma que “ficou comendo dos produtos dos furtos que antes praticara com Pedro Farrapo”⁶.

Ao que tudo indica Pedro Farrapo conseguiu um novo companheiro para roubos logo após se rebelar contra um receptador. A situação é compreensível. Do butim do trabalho que fizera para este apenas ganhou a quantia de 50 cruzeiros. O receptador que era um oficial de justiça não dividia o butim com ele e é de se imaginar que após o fechamento pela polícia deste covil, nada ficou para aumentar sua parca remuneração. Era preciso então arranjar dinheiro e sobreviver. A parceria com Guaiamum e os outros parecia mais horizontal e dali poderia tirar uma boa soma, como veremos posteriormente.

Uma outra dimensão desta solidariedade está no fato informado por Guaiamum da relação existente entre os ladrões e suas famílias. Segundo ele, José teria sido preso pela polícia e “Zaú não foi preso porque a mãe de Pedro Farrapo avisou a ele que a polícia andava o procurando e ele fugiu”. Sabe-se por um processo de habeas-corpus que a mãe de Farrapo era Maria Amelia Santos e que morava na Mangabinha, mesmo bairro que Guaiamum alugou um cômodo para residir e fazer de covil.⁷ É possível que nesta rede o

6 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438, *Termo de declaração*, f. 4v.

7 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 3086/1952, *Cópia do termo de declaração*, f. 24.

fato de morarem no mesmo bairro — diga-se de passagem, um dos bairros onde mais achei ação e residência de ladrões para o período estudado — e de se conhecerem contribuisse muito para um acobertamento. A situação de pobreza e a convivência com o ilícito provavelmente contribuiu para a conivência de D. Maria Amélia, de tal ponto que ajudasse mais a Zaú do que a polícia, a lei, a sociedade civil etc. Conforme explica Pierre Mayol, “o bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”.⁸ Ali havia uma solidariedade maior com os seus do que com aquilo que chamamos de nação — muito parecido com a cumplicidade que os moradores das favelas muitas vezes possuem com os traficantes de droga, imagem que a imprensa difunde cotidianamente.

Esta minha insistência a respeito desta solidariedade se deve ao fato de contornos mais ou menos claros desta comumente aparecerem em processos crimes ou em matérias jornalísticas que envolvem a vida de ladrões. Uma das reflexões penosas que tive que meditar é se de alguma forma onde eu vejo esta solidariedade não seriam apenas frutos de uma determinação obsessiva dos poderes para incriminar os ladrões e fazer destes vilões coletivos da sociedade. Porém diferente de muitas análises sobre poder e controle social, que privilegiam uma fala às vezes totalitária sobre a dominação, aqui encontrei testemunhos distintos, com caracteres às vezes ambíguos, mas que de uma forma ou de outra traziam o elemento solidariedade marginal inseridos, em geral, nas falas dos próprios sujeitos subalternos. Por outro lado, esta minha insistência possui um caráter político dentro da interpretação histórica. Pois além deste elemento ser repetitivo na massa documental, eu tenho o ressaltado como meio de analisar melhor as formas que a subalternidade organiza para minimizar os impactos da subordinação e mesmo para conviver com ela. E a solidariedade é, neste caso, um elemento fundamental para um discurso que busca problematizar as formas simplórias de se tratar a marginalidade.

Encontrei este elemento de solidariedade marginal do início até o final da década de 1950. Só como amostragem desta continuidade, há um caso interessante onde um ladrão é interrogado como principal suspeito de um assassinato ocorrido no bairro Santo Antônio em Itabuna — então

8 Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, Petrópolis, Vozes, 1996, v. 2, p. 39.

conhecido como Coréia — mas que ao contar como foi preso revela mais contornos desta solidariedade e desta rede marginal. Trata-se de José Possidônio dos Santos, também conhecido por Tijelinha, Candomblé Elétrico ou Adobinho. Em 1958 ele tinha 23 anos, era natural de Coarací, solteiro, analfabeto, negro, sem profissão — segundo o fichamento policial, “pois vive de furtos e roubos” — e sem residência “devido ao seu meio de vida”.⁹ Ele afirma “que foi preso em Itororó no dia quatorze do corrente, porque foi encontrado vestido numa das camisas contidas em umas malas que, com Garcez e Domingos, companheiros de aventura, roubaram da Agência de Itapetinga, na noite de sete para oito do corrente” (grifo meu). Após o roubo, Tijelinha e seus companheiros foram à beira do rio Catolé para verificar o que havia nas malas roubadas e dividirem o butim.¹⁰

Na ocasião em que Tijelinha, Domingos (também conhecido como Guarda Noturno) e Arnaldo Santos (conhecido como Gordinho), outro companheiro, assassinaram o carroceiro Domingos Malaquias dos Santos, os três tinham chegado de Ilhéus — a rede e o trânsito de ladrões era muito intenso nas cidades que iam de Ilhéus até Vitória da Conquista, como veremos adiante. Estavam em busca de um livro de histórias que Guarda Noturno deixou nas mãos de uma possível prostituta conhecida como Carminha. Eles estavam em destilada alegria. Tomando gracejos com garotas, talvez bebendo e certamente armados. Eles eram conhecidos por serem valentões, ou nos termos do carroceiro assassinado Malaquias, “eram acostumados a botar gente para correr” (expressão que usou para intimar os três valentões).¹¹ O problema, sobretudo do carroceiro, foi que deu de enfrentar, montado em sua besta, os três valentões, dizendo que “ali quem botava gente para correr era ele Malaquias”. Os três ladrões valentões estavam fazendo gracejos com duas garotas do bairro e certamente viram seu brio quebrado com Malaquias dizendo aquelas palavras, passando montado entre eles, e os rodeando. Entenderam, então, de levar as garotas até a porta da capelinha e depois acertaram as contas com o carroceiro que acabou morto a facadas. Assim procederam, e como não tivessem feito nada

9 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 551/1958, Acusa José Possidônio dos Santos e outros de homicídio, *Termo de interrogatório de José Possidônio dos Santos em 17.09.1958, em Itabuna*, f. 31.

10 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 551/1958, *Termo de interrogatório de José Possidônio dos Santos em 17.09.1958, em Itabuna*, f. 31

11 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 551/1958, f. 31v.

demais, um dos ladrões valentões passou pelas meninas e gritou: “as meninas matei o cabra”.¹²

É claro que contou muito o fato de estarem em três e do carroceiro Malaquias não estar acompanhado. Mas o que me parece importante ressaltar aqui é que a condição de solidariedade não era apenas algo utilitário para a sobrevivência na prática dos furtos. Os três ladrões valentões estavam passeando na cidade, em busca de um livro de histórias, conversando com garotas, se exibindo para elas. Ou seja, mantinham um companheirismo para além da malta e que provavelmente contribuía para a união no campo marginal e da própria produtividade do covil. Passemos agora para um primeiro esboço de uma economia do roubo.

Economia marginal

Para este esboço de economia marginal eu utilizarei dois documentos distintos. Para pensar a produtividade de um covil que cometia muitos roubos de objetos com baixo valor eu usarei o “Auto de avaliação” das mercadorias apreendidas no covil de Guaiamum, Zaú, Farrapo, José e Carboreto. E para entender um saldo imaginário que um ladrão poderia ter a partir dos roubos, usarei o depoimento do oficial de justiça e receptor de nome Januário sobre o quanto pagava para cada ladrão.

As mercadorias apreendidas possuíam um baixo preço por unidade, bem diferente dos objetos apreendidos no covil de Januário. Isto de alguma forma explica a diferente natureza destes dois covis. Enquanto o receptor pretendia um enriquecimento com os roubos, o covil de Guaiamum e dos outros ladrões tinham objetivo de subsistência. É por esta razão que encontraremos quase que em sua totalidade mercadorias para o uso doméstico ou para alimentação (latas de sardinha, pratos, chicaras, facas, garfos, lata de querosene vazia etc.).

Sabemos pelo depoimento de Guaiamum que o acúmulo de mercadorias foi fruto de vários furtos cometidos por ele e alguns envolvendo Farrapo e os outros. As 87 mercadorias apreendidas totalizaram um valor de 782 cruzeiros. A avaliação foi feita pelo perito José Grigório dos Santos e nem todas as mercadorias roubadas pela malta de Guaiamum foram contadas.

12 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 551/1958, f. 25.

Muitas já tinham sido vendidas, outras eles consumiram. Assim o provável é que as mercadorias apreendidas fossem ou de uso comum ou a parte do butim dos roubos pertencentes à Guaiamum. Como os objetos apreendidos eram de uso doméstico e a quantidade deles não era muito superior ao usos regular, possivelmente era verdade o que Guaiamum falava quando afirmou ter parado de roubar. Em sua casa estavam objetos que talvez não quisesse vender e apenas usá-los. Por este motivo o valor total das mercadorias apreendidas ultrapassava pouco o salário-mínimo de 1952 que era de 600 cruzeiros.¹³ Não houve apreensão de qualquer quantia em dinheiro. E dado que com o espólio dos roubos não foi encontrado nenhum objeto de grande valor (o mais caro era uma licoreira que custava 60 cruzeiros), é possível que esta malta não estava obedecendo ao mesmo estímulo de enriquecimento que o covil de Januário possuía.

Observemos agora algumas contas referentes ao covil do receptador Januário, para quem Farrapo outrora trabalhara. Primeiro devo alertar que tenho consciência que estas contas só devem servir de caráter ilustrativo, pois foram retiradas de um depoimento onde Januário afirmava não ser receptador nem dono do covil, apenas consumidor de produtos roubados — estratégia fundamentada pelo seu advogado e ex-prefeito Ubaldino Brandão que consistia em lhe retirar a acusação de receptação e torná-lo apenas consumidor de objetos roubados. Ainda que frutos de um depoimento que falseava a realidade, estas contas servem para mostrar a diferença entre os dois covis e quanto um ladrão poderia ganhar uma vez que estivesse agindo horizontalmente com vistas não apenas à sobrevivência, mas a uma vida com mais dinheiro — e esta conta será importante para pensar no estilo de vida de alguns ladrões.

Diferente das mercadorias, da quantidade, dos preços e do produto final do roubo do covil de Guaiamum (baseado mais em produtos de cozinha), no covil de Januário foram apreendidos poucos objetos, mas estes eram eletrônicos, vestuários etc., produtos de alto valor — por vezes uma mercadoria custando o equivalente à três salários-mínimos. A tabela a seguir foi montada com informações que Januário informou à polícia sobre a origem das mercadorias apreendidas em sua casa. Informa de quem as teria comprado e por qual valor. Como disse, ele não comprou aquelas mercadorias dos jovens ladrões, mas é possível que o valor que Januário

13 *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano XIII 1952, op. cit., p. 344.

informou à polícia tenha algum fundamento. Como ele vendia as mercadorias roubadas, devia saber os valores aproximados e se tentou dar algum caráter de realidade ao seu depoimento, deve ter usado esses valores. De modo que é possível que ele tenha dito os valores que ele mesmo vendia as mercadorias, só que colocando como vendedores de mercadoria roubadas os jovens. Além da informação de parte da produtividade do covil de Januário, poderemos imaginar, a partir dos números informados por ele, o quanto ladrões que agissem juntos e dividissem igualmente o butim poderiam ganhar de suas ações. Observemos o quadro seguinte:

Quadro 1
Mercadorias, preços e ladrões no covil de Januário¹⁴

Mercadoria	Preço de compra (Cr\$)	Ladrão
3 chapéus finos	550	Orelhão
1 rádio	700	Orelhão e Farrapo
1 rádio	500	Todos
1 relógio	500	Todos
Remédios	130*	Todos
1 guarnição de cama	200	Farrapo e Orelhão
1 capacho	20	Nego Zé
11 garrafas de vinho branco frizante	800	Farrapo, Orelhão e Aracildo
2 óculos Ribam de aro de metal, 1 óculo de grau de aro de tartaruga e um anel de forra de outro e pedra lilás	120*	Farrapo
Total	3.520	

A coluna “preço de compra” são os valores que Januário declarou das mercadorias que teria comparado dos jovens (descriminado por atuação na coluna “ladrão”). O salário de 1951 em Itabuna era de 240 cruzeiros, igual ao de 1950. Ou seja, se tomarmos os valores oferecidos por Januário — e não questionados pela polícia — como possíveis valores reais dos preços daqueles produtos roubados, podemos afirmar que o valor em cruzeiros das mercadorias apreendidas (ou seja, sem contar com as que já tinham sido vendidas) foi maior que 14 vezes o salário-mínimo da época. Isto porque Januário tinha no roubo uma forma de enriquecimento e não de sobrevivência, então solicitava dos jovens ladrões mercadorias com alto valor.

14 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 3086/1952, *Cópia do auto de prisão em flagrante*, f. 3-3v.

* Valor aproximado uma vez que o depoente mencionou “cento e poucos” cruzeiros.

Assim os objetos do roubo eram distintos daqueles encontrados no covil de Guaiamum e, portanto, mais caros.

Agora para imaginarmos quanto os jovens poderiam ganhar caso aqueles roubos tivessem sido praticados sem a subordinação ao receptor, vamos contabilizar seus possíveis respectivos rendimentos. Temos que considerar que este covil ficou em atividade com aqueles quatro jovens por pouco mais de um mês e que muitos dos objetos roubados não entraram naquela lista porque não foram apreendidos pela polícia, de modo que haveria mais cruzeiros para acrescentar ao valor que contabilizarei. Também devemos considerar que o valor adquirido pela venda dos objetos roubados seria dividido igualmente entre aqueles que roubaram. Com essas considerações e a partir dos números contidos na tabela anterior, podemos imaginar que em um mês de atividade Orelhão teria ganhado Cr\$1.539,16; Farrapo ficaria com Cr\$1.019,00; Aracildo com Cr\$549,16; e Nego Zé com Cr\$ 302,50. Como pode ser observado cada um, mesmo os que agiam menos, como Aracildo e Nego Zé, teriam ganhado valores superiores ao salário-mínimo da época. Orelhão teria ganhado mais do que seis salários e Farrapo, mais do que quatro. Comparado à realidade de uma cidade com 56% de analfabetos e mais de 11 mil trabalhadores inativos, o roubo podia ser uma boa alternativa de sobrevivência.¹⁵

Poucas matérias jornalísticas sobre roubos informam os valores dos objetos furtados. Isto porque muitas vezes os próprios roubados não informam para manter discrição e por motivos de segurança. Este é um fato que contribui para que o jornal não ajude muito para pensar esta economia marginal. Mas houve exceções em 1958. Em fevereiro, na madrugada do dia 13 um grande roubo foi realizado no Suez Hotel. O jornal informa que os ladrões levaram um relógio Rolex de ouro avaliado em 25 mil cruzeiros, um relógio universal avaliado em 12 mil cruzeiros, uma calça nova de gabardine que continha algum dinheiro no bolso, um óculos, um revólver Taurus, uma caneta Paker, um isqueiro, uma quantia de 4 mil cruzeiros, mais uma calça de linho, um molho de chaves e uma quantia de mil e duzentos cruzeiros. Só em valores declarados foram roubado Cr\$42.200,00, valor alto para os padrões da época e capaz de sustentar os ladrões por algum tempo sem atuar no roubo.

15 *Censo demográfico 1940 (população e habitação): Estado da Bahia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1950, p. 224; *Censo demográfico 1950: Estado da Bahia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1955, p. 89, 121.

Um roubo menor ocorreu em 12 de março na residência de João Candido Vieira Torres. O *Diário de Itabuna* informou que daquela residência o ladrão levou “uma capa cinza no valor de Cr\$1.800,00, que continha num dos bolsos, a importância de Cr\$1.200,00; um relógio de pulso no valor de Cr\$3.000,00 e mais uma carteira com a importância [sic] de Cr\$4.300,00”.¹⁶ É possível que, pela precisão do roubo — acertar a capa com dinheiro, o local onde se guardava o relógio, a carteira com dinheiro — o responsável fosse alguém que conhecesse a residência e o dono. Ainda assim, nesta agência fica claro o êxito de levar uma alta quantia em apenas um roubo. Um outro ladrão com grande experiência profissional, 11 anos de roubo, conhecido como Correinha foi preso alguns dias antes com a importância de Cr\$11.330,00 quando tentava roubar o Hotel Odete em Itabuna.¹⁷

Precariedade no trabalho, emergência como ladrão

Estes altos valores, por certo, fez com que muitos ladrões desistissem de procurar um trabalho legal optando por ter no roubo um estilo de vida. Este é o caso de Guaiamum. Ele afirmou várias vezes em seu depoimento que muito embora vivesse de roubar, não estava roubando. Não por isso o covil e a malta deixavam de funcionar. Afirma que as mercadorias apreendidas em sua casa “foram deixadas em sua casa pelo gatuno de nome Zaú e todos foram furtados com a presença de Pedro Farrapo em diversos lugares”. Ele afirma que depois do roubo à pensão de Jacob Bittat “alugou um pequeno cômodo na rua da Mangabinha, para descansar um pouco e ali ficou comendo dos produtos dos frutos que antes praticara com Pedro Farrapo”. Eram os outros ladrões quem saíam à “rua para vender mercadorias e levar para casa o que comer”.¹⁸ Guaiamum parecia estar “de férias”, vivendo do produto de roubos anteriores — esta é outra vantagem que se soma à possibilidade de conseguir mais dinheiro do que com um trabalho formal, podia ficar durante dias e dias sem trabalhar. Ele já tinha em seu histórico o roubo à farmácia São José de propriedade de Gonçalo Pinto de Mendonça, de quem foi empregado doméstico, e já tinha roubado as chaves dos Correios & Telégrafos da cidade.¹⁹ Após estes roubos e o roubo à pensão, decidiu parar

16 *Diário de Itabuna*, 14 mar. 1958, p. 6.

17 *Diário de Itabuna*, 4 mar. 1958, p. 6.

18 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438/1952, *Termo de Interrogatório*, f. 4v.

19 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438/1952, *Termo de Interrogatório*, ff. 4-4v.

de agir por algum tempo, vivendo do butim dos roubos já cometidos. Ou seja, ele acumulava de alguma forma e pensava só voltar a agir quando necessitasse. Como é sabido pelo inquérito policial, Guaiamum já tinha sido empregado doméstico de Gonçalo Pinto e de outras pessoas, já tinha trabalhado como copeiro na pensão Internacional, de modo que o roubo foi uma opção e não a última escolha possível.

Isto, é claro, ia contra todo discurso a favor do trabalho manifesto pelos setores hegemônicos da cidade, seja na crônica jornalística, seja nas opiniões de membros do poder público. No relatório que o delegado regional Cap. Arquimedes José de Farias faz para a justiça, este afirma que mesmo os empregos de Guaiamum tinham como plano de fundo o roubo. Afirma o delegado que há “tempos nesta cidade, se dedicava ele [Guaiamum] a empregos domésticos, provavelmente, para se familiarizar com os costumes da casa e conhecer mesmo a situação financeira dos patrões, para em futuro faser ‘o trabalho’”.²⁰ Provavelmente esta afirmação tinha objetivo de acusar Guaiamum, mostrar que havia algo errado com seu psiquismo, com seu caráter, uma vez que muito embora tivesse oportunidades de trabalho, optou para o roubo. E talvez haja algo de verdadeiro nisto. Nenhum problema com o psiquismo ou com o caráter, mas talvez o roubo fosse uma porta de emergência à subordinação que estes subalternos podiam viver como trabalhadores domésticos, como analfabetos, como negro, enfim, como subalternos. Assim, veremos que não era incomum que se optasse pelo roubo mesmo tendo um emprego. O debate que proponho aqui é, que muito embora se pense muito nas teias do poder — numa microfísica que a todos abarca — talvez as experiências subalternas proponha saídas críticas a este campo de subordinação. Ou como afirmava Michel de Certeau:

se é verdade que por toda parte de estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como uma sociedade inteira não se reduz a ela: (...) que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.²¹

Observemos o caso de algumas trabalhadoras domésticas. No final da década de 1950 o *Diário de Itabuna* denunciou um tipo de crime que

20 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438/1952, *Termo de Interrogatório*, f. 4v., *Relatório*, f. 13.

21 de Certeau, *A invenção do cotidiano*, Petrópolis, Vozes, 1994, v. 1, p. 41.

estava aumentando nas casas das famílias de classe média e classe alta de Itabuna: o roubo praticado pelas trabalhadoras domésticas. Em novembro de 1957 o periódico foi à delegacia conversar com o então delegado regional, Capitão Admar Queiroz. Nesta oportunidade ficaram sabendo que a doméstica Hercilia Ferreira teria roubado seu patrão Emmanuel Veiga, coletor federal em Itabuna. A polícia conseguiu recuperar os dois anéis roubados, mas o delegado solicitou ao jornal que fizesse um apelo “às donas de casa para que tenham mais cuidado na admissão das suas empregadas, exigindo referencias e tomando as devidas precauções”.²² Este pedido de precaução foi pouco comparado ao esquema de controle que estava sendo proposto dois anos e meio depois desta matéria.

O colunista do *Diário de Itabuna* Celso Rocha afirmava em julho de 1960 que “o número de furtos, por parte dos empregados domésticos, aumenta assustadoramente, não sabendo mais as donas de casa em quem confiar”. Menciona um roubo de pouco valor ocorrido na residência do Titio Brandão (homem que organizava natais para crianças pobres). Como as ocorrências estavam crescendo, Celso e Titio Brandão planejavam organizar “uma espécie de cadástro através do qual todos os empregados domésticos, de ambos os séxos, seriam identificados, inclusive com as suas referencias anotadas”. Os dois procuraram o delegado Horton Pereira Olinda, mas este afirmou que a polícia não dispunha de meios necessários para “um serviço especializado, como é o de identificação”. Mas o delegado sugeriu que as donas de casa organizassem um “escritório de identificação”. Neste conteria um arquivo com um fichário e “cada empregado teria ali a sua ficha, com retrato, referencias, habilidades profissionais e até um registro datiloscópio (impressões digitais)”. Seria um trabalho difícil, pois segundo o colunista havia em Itabuna “cerca de cinco mil empregados domésticos”. Mas insistia que tal organização deveria ser feita, pois “organizações dessa natureza existem em todas as grandes cidades do Mundo, com resultados apreciáveis no que diz respeito ao contrôle do material humano em disponibilidade para serviços caseiros”. Por fim, o colunista afirmou que Ilhéus e outras cidades circunvizinhas já possuíam organizações similares.²³

Como as mulheres eram maioria nos trabalhos domésticos, este sistema de cadastramento visava sobretudo controlar este corpo de

22 *Diário de Itabuna*, 8 nov. 1957, p. 4.

23 *Diário de Itabuna*, 23 jul. 1960, p. 2.

trabalhadoras, constringendo e impedindo que a opção pelo roubo saísse sem uma punição adequada. Este arquivo de trabalhadoras domésticas era uma ferramenta de auxílio à incriminação destas. Se não era como a arquitetura pan-óptica que Foucault discorre, ao menos parece com seu fundamento: uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante, separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados”.²⁴ Não encontrei registros, mas conheci casos antigos em que patrões acusavam empregadas de roubo para não pagar os direitos que lhes eram devidos. Quem sabe tal arquivo não servisse para diminuir a margem de manobra destas trabalhadoras e mesmo limitar seu ir e vir, seu acesso aos seus direitos?

Até onde se sabe, este sistema só foi esboçado. Mas a própria sugestão de sua realização mostra como roubar permanecia uma opção — às vezes um estilo de vida — mesmo quando se conseguia um emprego regular. No caso das trabalhadoras domésticas deve-se acrescentar a provável baixa remuneração e subordinação que muitas tinham neste ambiente como elementos para a prática do roubo. Contudo este roubo se diferenciava de forma flagrante daquele que tenho analisado neste artigo, uma vez que não precisava da malta, era realizado num lugar específico onde se trabalhava e não em várias casas, e sua lógica era mais aumentar o seu ganho do que sobreviver do roubo.

Ainda assim mencionar o caso das trabalhadoras domésticas é importante para fazer uma exceção à vinculação entre roubo e precariedade social, que tenho realizado. Isto porque conforme salienta Foucault, é muito perigoso fazer tal relação, como na expressão popular justificadora “ele rouba porque é pobre”. Segundo o filósofo francês, este discurso produz de forma escondida uma internalização da delinquência no sujeito: “Ele rouba porque é pobre, mas você sabe muito bem que nem todos os pobres roubam. Assim, para que ele roube é preciso que haja nele algo que não ande muito bem. Este algo é seu caráter, seu psiquismo, sua educação, seu inconsciente, seu desejo”.²⁵ Para abrir exceção a este discurso ou a esta lógica, é sempre importante pensar na situação (no momento contingente da ação) e na compreensão que muitas vezes os subalternos precisam tirar proveito da ocasião. Mas aproveitar a ocasião é o mesmo que estilo de vida?

24 Michel Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2001, p. 210.

25 Ver capítulo “Sobre a prisão” em Foucault, *Microfísica do poder*.

Acredito que não. Quando mencionei estilo de vida, estava mais pensando em casos como o de Guaiamum e de Pedro Farrapo que já viviam do roubo, tinham neste o seu meio de vida, sendo que, no caso do primeiro, teve chances de trabalhar formalmente. Estilo de vida também não deve ser tomado aqui como algo que se decide e se faz de sua vida sem as pressões da subordinação. A escolha de viver como ladrão existiu e continua existindo, ainda que as razões para tal se liguem às condições de subordinação vividas dentro dos setores empobrecidos da sociedade.

Mas veremos a partir de agora que existiam pessoas que tomavam o roubo como estilo de vida na acepção mais banal deste termo. Escolheram viver assim não apenas para sobreviver, mas para galgar prazeres e desejos jamais imaginados para pessoas pobres.

Estilo de vida de ladrão

O ano de 1958 possui alguns testemunhos interessantes sobre ladrões que optaram por uma vida na marginalidade. Anteriormente mencionei Correinha, o ladrão com quem foi apanhada a quantia de Cr\$11.330,00 quando assaltava um hotel. Segundo informou o *Diário de Itabuna*, ele começara a viver como ladrão desde os 20 anos de idade na cidade de Belo Horizonte, mas passara pelo Rio de Janeiro e São Paulo. Ele “não gosta de agir senão nas grandes cidades e de preferencia nas capitais”. Correinha já vivia de roubar mesmo antes de ser preso em Itabuna. E nesta cidade já tinha assaltado em 1956 o Hotel Odete. Por esse motivo o jornal afirmava que ele tinha resolvido “veranear em Itabuna”. Em sua trajetória exposta pelo jornal ainda tinha espaço para suas cicatrizes, fruto de arruaças com malandros das favelas cariocas até suas tatuagens nos braços e no peito.²⁶ Embora sua história fosse extraordinária ao demonstrar a forma de viver como ladrão, o periódico local dedicou mais espaço de sua crônica sobre ladrões a um outro ladrão, uma “prata da casa”, um ladrão da própria cidade.

Trata-se de Boaventura Pereira da Silva, o Vida Gozada. Coincidentemente (ou não) seu apelido e seu primeiro nome, consecutivamente, foram sinais de seu estilo de vida e de sua relação com o

26 *Diário de Itabuna*, 4 mar. 1958, p. 6.

destino: Vida Gozada deve ter sido um apelido que recebeu por roubar para se divertir com o butim; Boaventura parece indicar uma ironia do destino, como se desde o nascimento estivesse destinado a viver na ventura, na sorte do roubo, na aventura das ruas e das cidades. A matéria que o *Diário de Itabuna* lhe dedicou cobria mais do que meia página, algo incomum em se tratando de escrever a trajetória de um ladrão. No testemunho que lemos há, de fato, coisas incomuns. Primeiro a espontaneidade em falar sobre sua vida marginal e segundo, uma consciência forte do que é ser ladrão.²⁷

Ele foi preso no dia 5 de março de 1958 quando dormia numa ilha do Rio Cachoeira. O soldado Walter o reconheceu e junto com outros colegas efetuou a prisão. Ao ser preso Vida Gozada disse “por vontade própria, que se não fosse preso, iria agir naquela noite mesmo, convidado por um colega, em uma sapataria do Bairro Conceição, pois segundo o seu colega, lá encontraram belos pares de sapatos que evidenciava uma boa bôca”. O plano era roubar esta sapataria e seguirem viagem para Itapetinga. Seu colega de furto era conhecido como Pintadinho e estava na porta da delegacia quando Vida Gozada foi preso. Nesta ocasião não foi reconhecido pela polícia e nem seu comparsa o delatou. Pintadinho foi preso pela polícia após ser delatado pelo colega.

Para o editor da matéria, Vida Gozada era “possuidor de um cinismo tremendo” uma vez que falava sobre seus crimes sem muitas enrolações. Ele teria dito para a polícia e para o repórter que “já fez tanta coisa que nem se lembra da metade”. E roubava objetos de pouco ou muito valor. Em 1957 atuou em um estabelecimento do Bairro Conceição onde levou 72 carretéis de linha, 32 sabonetes e a quantia de cento e cinquenta cruzeiros. Um roubo de grande quantidade, mas de baixo valor. Segundo ele estas mercadorias foram vendidas a um comerciante de Itajuípe — e aqui vale ressaltar os contornos de uma rede regional de roubo, receptação e venda. Um roubo de alto valor pode ser considerado o que fez na propriedade comercial de João Gonçalves Queiroz de onde levou dois relógios, “um com brilhantes, outro laminado”, uma pulseira de ouro, uma caneta Paker e 5 mil cruzeiros. Vendeu os relógios por outros 5 mil cruzeiros para um viajante de Belo Horizonte que estava em Vitória da Conquista. Ou seja, mais de 10 mil cruzeiros num único roubo. O senhor Queiroz estava no depoimento e pôde confirmar tudo.

27 *Diário de Itabuna*, 7 mar. 1958, p. 6. Essa fonte será utilizada nos próximos parágrafos.

Como se pode observar, Vida Gozada, muito embora fosse conhecido em Itabuna, não poderia ser considerado um ladrão local. Roubava em uma cidade e vendia em outra. Ao que parece Vitória da Conquista era uma das principais cidades onde vendia as mercadorias roubadas, talvez porque ali encontrava muitos viajantes indo para o sudeste do país. Afirmou ele que em Ilhéus roubou 9 mil cruzeiros e um revólver, este último vendido a um motorista de São Paulo também em Vitória da Conquista. Não saberia precisar a força do fluxo de mercadorias e pessoas entre Ilhéus e Vitória da Conquista, mas pelos relatos de ladrões fica claro que as cidades neste eixo (onde deveria trafegar a estrada de ferro Ilhéus-Conquista se seu projeto tivesse sido concluído) eram passagem de mercadorias roubadas. Já tinha mencionado o roubo que Tijelinha e Guarda Noturno fizeram em Itapetinga antes de rumarem em direção a Itororó e a Ilhéus, respectivamente. E agora temos Vida Gozada roubando no sul e vendendo no sudoeste da Bahia. Lá em Vitória da Conquista ele também roubava. Certa vez conseguiu levar uma quantia de 33 mil cruzeiros de um viajante. A partir do depoimento de Vida Gozada, o editor do *Diário de Itabuna* concluiu que “pelo que se vê ele prefere sempre a praça da Conquista para desfazer de seus objetos e de lá trazer também alguma coisa que cubra as suas despesas”.

Muito embora fosse exitoso em seus roubos, também ele precisava de companheiros. Ele confirmou ter sido autor de um roubo na empresa Itacial. Para esta agência convidou um colega de nome Carlos. Ele precisava do companheiro para que “depois de arrancar um dos ferros da janela com um pedaço de pau, ele [Carlos] o impelir pelos pés”. O acordo era divisão meio a meio do butim. Apesar de ter encontrado 25 mil cruzeiros, Vida Gozada disse a Carlos só ter encontrado 15 mil, de modo que seu companheiro só teve direito a Cr\$7.500,00. Aqui não observamos aquela solidariedade mencionada quando analisei os dois covis anteriores. Possivelmente ele não compartilhava daquela relação porque atuava e gerenciava seus próprios roubos, não trabalhava em malta. Pelos relatos, quando precisava de alguém convidava, mas não formava um grupo de ladrões. Vida Gozada mantinha apenas uma relação de cooperação e exploração com alguns de seus companheiros, ele se colocava no lugar do mais esperto, do mais experiente.

A pergunta que se faz — e que foi feita pelo próprio jornal — é: se Vida Gozada roubava tanto e objetos de muito valor, porque não estava “com uma 'vida gosada'”? A resposta, explica o editor, é que “todo o dinheiro

que pega gasta em bebedeiras, hotéis, cabaré e viagens de avião”. Ele não acumulava porque seus roubos de alto valor serviam para sua vida boêmia, seu luxo, seu prazer, para a formação de situações quase irrealizáveis para pessoas pobres. Neste caso a ausência de acúmulo mostra também um distanciamento com uma vida formal onde ele teria de gerir e empreender negócios — caso, por exemplo, de seu companheiro Pintadinho, o qual foi acusado pelo próprio Boaventura de ter comprado um quiosque e uma bicicleta com um roubo que fez na cidade mineira de Teófilo Otoni, onde adquiriu ilicitamente 60 mil cruzeiros. Em vez de planejamento, optava pela descontinuidade do amanhã. Em troca da estabilidade, preferia uma vida errante de Ilhéus até Vitória da Conquista, roubando e vendendo. E assim procedia porque tinha como sobreviver dos pequenos delitos e dos serviços que prestava para terceiros.

Ele tinha também seus covis. Mais de um. Como afirma a matéria, ele já tinha “seu pontos certos de almoço, esconderijo de roubo e dormida”. Deu exemplo de diversos: na rua da Caixa d'Água, na rodagem para Ibicaraí, no lactário, no campo de futebol, na rodagem para Itajuípe e na Balança do Estado (este último foi o lugar onde Guarda Noturno foi preso com outros ladrões naquele mesmo 1958). Antes dos finais de semana, nas quintas e sextas-feiras dormia na barraca de feira de Josias. Ali, “na calada da noite” fazia uma ronda nas outras barracas “levando carne, feijão, e tudo que possa ser vendido”. Josias, como um velho conhecido, lhe encomendava mercadorias, como uma lona para melhorar sua barraca. E ele levava.

Seu primeiro nome e seu apelido eram a mesma face de sua vida. Em geral vivia da riqueza de pessoas e parecia ter adquirido uma consciência da vida como ladrão, tanto do ponto de vista do saber que se precisa ter para o êxito nesta vida marginal, como na condição moral que se precisa construir para não respeitar a propriedade privada, as autoridades públicas e mesmo as outras pessoas de quem roubava.

Casos como o de Boaventura Pereira da Silva não são comumente encontrados nas crônicas jornalísticas e nem se poderia compará-lo aos outros analisados anteriormente. Nas análises dos covis no máximo poderíamos chegar a uma sobrevivência através do roubo. Aqui, poderíamos considerar uma supervivência como ladrão. É evidente que havia no relato prestado por Vida Gozada — no qual se baseou o editor da matéria — um alto grau de vaidade, de arrogância, ao falar de suas venturas. Mas as confirmações das autoridades e de um dos roubados mostram que havia um

bom grau de realidade em seu relato. De todo modo, a experiência e trajetória de Vida Gozada mostra que na complexa teia do ato que é roubar existem mais elementos do que a sobrevivência, existe uma opção formada por um complexo social que mistura subordinação com formação social da delinquência. A pergunta que temos que fazer daqui para frente é: por que tanta continuidade nesta prática e tanta capacidade de ação dos ladrões se as autoridades a consideravam um problema social?

A descrença e a insolência dos subalternos

Como no pensamento de Foucault sobre a sociedade prisional forjada nos séculos XVIII e XIX, parece que ladrões eram sujeitos muito úteis para serem descartados em uma sociedade. Itabuna era uma cidade economicamente importante dentro da Bahia. Possuía uma arrecadação maior do que a maioria das cidades e tinham um crescimento demográfico maior do que o Estado da Bahia. O periódico *Voz de Itabuna* afirmava que a arrecadação anual era superior a sete milhões de cruzeiros em 1950, e ainda assim a cadeia pública continuava inacabada.²⁸ Apesar da pequena capacidade da cadeia, que vivia lotada, isso não significa que os ladrões estavam todos sendo presos. Talvez a baixa capacidade da cadeia o impedisse. Mas creio que existiam razões mais profundas, ainda que não diretamente planejadas.

Quando Guaiamum foi preso e antes de ser julgado, o delegado regional preparou um relatório sobre ele. É um documento de apenas uma página, mas revelador de um problema existente na sociedade de Itabuna. Afirma o Capitão Arquimedes que “Guaiamum, é um velho amigo do alheio, mensalmente está preso ou foragido, e a policia sempre a sua cata”. E para reforçar ainda mais, afirma que “registrado nesta Delegacia, há um sem numero de queixas contra Guaiamu pela pratica de furtos”. Muito embora Itabuna crescesse rapidamente, ainda era uma cidade pequena, onde as pessoas se reconheciam pelo nome e/ou mesmo pelo apelido (como Guaiamum). Ainda assim, a polícia que mensalmente estava com Guaiamum, não o encaminhava pra justiça e não o prendia. Falta de provas não é, pois o delegado no seu relatório elenca as “certidões de termos de entrega de

28 *Voz de Itabuna*, 4mar. 1950, p. 1.

objetos apreendidos em poder desse gatuno” como prova.²⁹ Mas por que isto ocorria?

Este parecia não ser um problema local de Itabuna. Em julho de 1960, o correspondente do *Diário de Itabuna* em Ilhéus, Rubens Correia, afirma que “o celebre vigarista Waldemar Santos (Cara Bixigosa), disse certa vez, ao coronel Archimedes Farias, então delegado que, já tinha frequentado sessenta e cinco cadeia, sendo a melhor a de Resende, estado do Rio, e a pior, a de Ilhéus”.³⁰ Em 1958, o jornalista Ottoni Silva publicou em sua coluna “Meu Cantinho” o caso de “um autentico campeão”. Tratava-se de Oscar de Oliveira que teria batido “o 'record' de entrada no xadrez”. Segundo Ottoni, “quando passou pelo carcereiro, perguntou-lhe se eram 102 ou 103 vezes que ele comparecia perante as autoridades e, depois de verem sua ficha, constataram ser 103”. Na sua ficha contavam 30 prisões por vigarismo, 7 por descuidismo, 5 por roubo, 10 por pungas (bater carteiras), 12 por assaltos e outras para averiguação.³¹

E ainda que este não fosse um problema exclusivo de Itabuna, parecia que as classes dirigentes locais eram complacentes com ele. Ottoni mesmo admite que os “elementos ruins” eram “presos, levados para fóra do município ou mesmo para Salvador e novamente soltos, em busca de Itabuna, a Canaan dos malfeitores, pois os há, até procurando lugares de destaque em nosso meio, verdadeiros criminosos e processados, desejando influenciar em nossa vida...”³² Pedro Farrapo, por exemplo, estava na ativa poucos meses após ser preso quando trabalhava para o oficial de justiça que receptava produtos roubados. Seu responsável legal (o próprio oficial de justiça) foi preso e nenhum amparo foi dado àquele jovem. Ele voltou a roubar e constituir uma nova malta. E este foi o mesmo caso de Vida Gozada. Ele já era conhecido da polícia, mas continuava a ter trânsito para viver de seus expedientes como ladrão.

A explicação para isto é encontrada numa compreensão foucaultiana da sociedade moderna e na própria fala de alguns desses ladrões. Segundo Foucault, os delinquentes eram “úteis tanto no domínio econômico como no político” na sociedade europeia do século XVIII e XIX.

29 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 1438/1952, f. 13.

30 *Diário de Itabuna*, 28 jul. 1960, caderno 2, p. 10.

31 *Diário de Itabuna*, 14 mar. 1958, p. 6.

32 *Diário de Itabuna*, 14 fev. 1958, p. 1.

O povo, então, era construído como sujeito moral, “portanto separado da delinquência, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos”. Uma divisão entre povo e delinquente se produzia. E a prisão era um instrumento desta divisão e de um recrutamento, pois “a partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinquente”. E os delinquentes serviam para aumentar o controle e a vigilância na sociedade. Conclui o filósofo francês: “a delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial tolerável pela população senão o medo do delinquente?”.³³

As respostas que os ladrões — de Itabuna ou não — dão a um expediente como este são muito próximas. Há sempre uma ironia e uma verdade muito dura para com a sociedade. Ao final do interrogatório de Vida Gozada o perguntaram: “Quando Vida Gosada deixará de roubar?”. A resposta parece um sinal de uma ambígua adesão à credibilidade do Estado e de suas leis. “Ele prontamente respondeu: Nunca fui processado, no dia em que encontrar uma autoridade que me processe e me faça cumprir os anos de cadeia pelos roubos praticados, aí então deixarei de roubar, *prometo*”.³⁴ A promessa desse ladrão sentenciava também uma verdade sobre aquela sociedade que era duplamente cúmplice dos crimes que cometera. Primeiro porque era produtora de um estímulo social para a marginalidade, segundo porque era conivente com os crimes que ela mesma prescrevia no artigo 155 do Código Processual Penal de 1940.

E esta resposta vai se tornando mais complexa quando nos afastamos de Itabuna e olhamos de forma mais global para a agência dos ladrões. O recordista de prisões, Oscar Oliveira (mencionado na coluna de Ottoni), teria afirmado que “não é ele quem está errado, mas os Codigos, que de obsoletos, já deviam ter sido retirados de uso. Porque ele é quem está com a razão. O que era indecente, indigno deleterio, hoje tem lugar na sociedade. Porque, então, a polícia o vive perseguindo?”³⁵. Como afirma Certeau, “a capacidade de crer parece estar em recessão em todo o campo político.

33 Foucault, *Microfísica do poder*, passim.

34 *Diário de Itabuna*, 7 mar. 1958, p. 6, grifo meu.

35 *Diário de Itabuna*, 14 mar. 1958, p. 6.

E era ela que sustentava o funcionamento da 'autoridade'"³⁶. Não se acreditava no funcionamento do Estado, nem em suas leis, ou sua "autoridade". Para Oliveira — e segundo Ottoni — a sociedade comportava muita coisa indecente, indigna.

O problema crucial da imprensa policialesca é que afirmar a autoridade não significa sua existência em si. Ou melhor, não significa que todos estejam reduzidos a ela. Por um lado os jornais locais e os discursos das autoridades policiais pareciam inventar uma imagem de cidade moral que era invadida por "malfeitores". Porém isto era a substituição do

verídico pelo utilitário; é imaginar uma convicção pela simples razão de que dela se necessita, declarar uma legitimidade porque ela preserva um poder, impor a confiança ou fingi-la em virtude de sua rentabilidade, reivindicar a crença em nome de instituições cuja sobrevivência se torna o objeto fundamental de uma política.³⁷

Há entretanto um outro ladrão que se tornou mais conhecido do que todos os aqui mencionados. Seu nome é João Merval e ficou muito conhecido através de um vídeo que tem circulado na internet nos últimos anos.³⁸ Neste vídeo, o ladrão é entrevistado por um repórter da Rede TV após ter sido preso inúmeras vezes. Ele teria sido preso porque tentou roubar 14 reais em uma padaria, mas já era velho conhecido da polícia. Por isso o repórter diz: "mas você já teve várias passagens na cadeia rapaz. Não teve?". Ao que ele responde "tive, mas num dá nada não..." Ao que parece repórter e ladrão já se conheciam, e quando o primeiro perguntou "você se lembra de mim?", João disse "eu sou ladrão rapaz, eu não gosto de trabalhar não. Eu sou ladrão, num tem, vei? Num trabalho mais não, o seguinte é esse". João ainda afirma que ser ladrão "é a minha profissão".

Só que isto não significa, de modo algum, uma falta de reconhecimento da justiça. O repórter perguntou-lhe o que ele esperava da justiça e ele respondeu — como Vida Gozada — que espera "que a justiça seja feita! Não é?". Observemos a continuação desta entrevista para refletir sobre a consciência desse ladrão e para notar que ele complementa o pensamento

36 de Certeau, *A invenção do cotidiano*, v. 1, p. 278.

37 de Certeau, *A cultura no plural*, Campinas, Papirus, 1995, p. 27.

38 Faro Fino (repórter), *João Merval — Profissão: ladrão e cara de pau*, Porto Velho, Rede TV Rondônia, 2008, <http://www.youtube.com/watch?v=nuB4IM6iBDM>, acesso em 29 jul. 2013.

de Foucault, partindo de uma premissa mais prática da serventia da delinquência:

— Se te liberar ou moscar e você fugir, você volta a roubar de novo?

— Mas é claro. Eu não vou trabalhar, que eu tou com 30 anos num guento trabalhar mais não. Eu vou roubar de novo, né, vei?

— Você tá com 30 anos...

— Se eu não roubar vocês ninguém tem trabalho. Vocês tão tudo desempregado se eu não roubar, se outro não roubar. Você não tem, ninguém tem [olhando para policiais].

— Quer dizer que com essa ideologia, com essa mentalidade sua, quer dizer, você gera emprego para a polícia, pro repórter...

— Pro repórter, pro escrivão, pra delegada, pra juiz, pra promotor... Tudo através de mim que sou ladrão.

— Então você tá contribuindo, aí...

— Eu tou contribuindo para o bem de todos, não é?

— Isso é o que você pensa! E aquele povo lá que você furta? Aqueles lá você tá prejudicando.

— Aqueles lá são mais pecador do que eu, porque se Deus permitiu que eu roubasse deles é porque são pecador, não é, vei?

— Então você acha que Deus dá uma liberação pra você furta os outros?

— Sim, Deus permite porque ele sabe da minha necessidade.

— Você não acha que é o capeta que tá tentando acabar contigo não?

— Também, também...

[corte da imagem]

— Qual é mais ou menos?

— Meu relacionamento é com o senhor Jesus.

— E você acha que Jesus aprova essas presepadas suas?

— Ele não aprova, mas ele passa o pano, não é, vei?

Como Oscar Oliveira e Vida Gozada, João Merval também quer que a justiça se cumpra. Contudo ele tem consciência de um dos seus papéis na sociedade e denuncia a contradição de uma sociedade que diz que ele é um problema, mas que precisa dele, não apenas para aumentar a vigilância, mas para gerar emprego — este alarido publicitário de qualquer político partidário! Ele é um problema social, mas julga que rouba de quem tem mais

do que ele e, talvez por conta disso, “são mais pecador” do que ele. Ele tem uma liberação de Deus para roubar e roubar é sua profissão.

Voltando a Itabuna, sabemos que esta definição de roubo como profissão foi igual para Vida Gozada, Guaiamum e Farrapo. Porém esta era uma profissão ilegal. Em 1948, o Tribunal de Justiça da Bahia discutiu um caso de um delinquente com diversas passagens pela polícia, em Salvador, Ilhéus e Itabuna. O Conselheiro Relator do processo, Edgard Pitangueira, afirmou que após ser formado em Salvador “na técnica de crime contra a propriedade, ou melhor contra o patrimônio”, o jovem procurou a região sul, chegando pela cidade de Ilhéus. Segundo o conselheiro, “Itabuna foi para ele um campo proveitosa à sua capacidade delitual” — dez anos antes de Ottoni afirmar que Itabuna era uma Canaan dos malfeitores, já tinha quem concordasse. O jovem era conhecido como Arara (José Conceição) e sua história precisa ser melhor estudada, dada a sua relevante, distinta, vida marginal. Mas o que importa para mim em seu caso é a forma como sua vida, seus atos como malandro, ladrão, brigão, produziram uma crítica social por parte de um desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Crítica que não o livrou da condenação e que não mudou a sociedade que o produziu, mas que revelou esta verdade: ser ele produto de uma sociedade.

Afirma o desembargador que Arara era “produto do abandono material e moral em que se encontrou na segunda infância” agregada a uma “cumplicidade social com as grandes misérias físicas e morais”.³⁹ Muito embora o Conselheiro Relator coloque grande peso na degradação familiar que Arara sofreu, é a “cumplicidade social com as grandes misérias físicas e morais” e/ou a ausência de teto ou de alimentos os principais fatores que produziram os impulsos iniciais para a experiência marginal de jovens ladrões — que um dia se tornam adultos como Vida Gozada. A sociedade de exclusões sociais constrói um inimigo interno e o alimenta com sua cumplicidade. O “estímulo social” construía a experiência do ladrão que, por sua vez, produzia uma consciência empolgante, prazerosa, de impulsos livres, como disse o desembargador, mas sem a sua lógica.

39 BR CEDOC/UESC AJI VC, Processo 170/1948, *Revisão criminal de José Conceição, Conselho Penitenciário, parecer sobre situação jurídica de José Conceição, vulgo “Arara”, f. 13.*

Desigualdade social e civilização do cacau

Em Itabuna existiam razões mais objetivas do que produzir delinquentes para aumentar a vigilância ou para que exista polícia, repórter, juiz etc. Ali as diferenças sociais eram mais gritantes do que em outros lugares, uma vez viviam na mesma cidade jovens pobres, como os dos covis analisados, e afortunados produtores de cacau, donos de fazendas, comércios, carros luxuosos etc. Esta diferenciação produzia um poderoso estímulo. A economia cacauceira, que intelectuais orgânicos da civilização do cacau continuam insistindo ser fruto de “desbravadores, coronéis, jagunços, contratistas, alugados, caxixes”, “permitiu a construção de estradas, escolas e da universidade mais importante da região”.⁴⁰ Isso tudo é verdade, mas esta economia cacauceira e sua elite produziram talvez as mais acentuadas desigualdades sociais e um dos grandes níveis de subordinação que a literatura e a história da Bahia já narraram. Certamente estes níveis de desigualdades sociais e de subordinação produziam uma energia de insubordinação e de emergência que por vezes foi exercida pela forma de um crime. E este foi o caso de muitos ladrões.

Aquela sociedade se gabava de seu poder e de sua riqueza, criando uma imagem de si exagerada. Sua repetição soliloquista, monológica, de seus atributos de progresso, civilidade e modernidade, tentava apagar do tecido social a produção de barbárie resultante dos acúmulos de poder e de capital. Aqui seguimos as lições de Walter Benjamin e não olhamos para o progresso como uma inevitável melhoria da sociedade, mas como “uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína” que nos impele para o futuro enquanto deixa escombros.⁴¹ Existe uma ilusão de que desenvolvimento econômico e progresso científico seja incompatível com a barbárie social e política.⁴² Ledo engano. Por esta razão a experiência dos ladrões nunca pôde ser visibilizada na história mítica desta região e desta cidade. Eles não deveriam participar de um cortejo que os jagunços passavam na frente para abrir alas para os coronéis. Mas a verdade é que

40 Lurdes Bertol Rocha ainda afirma que “todo este poder o cacau tem, pois foi dado aos humanos como uma dádiva dos deuses, conforme a mitologia”, sem itálico, sem ironia. *A região cacauceira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*, Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006, p. 169.

41 Walter Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 226.

42 Ver crítica de Michael Löwy às ideias de Benjamin em *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*, São Paulo, Boitempo, 2005, p. 85.

eles vinham logo depois. Vinham junto com um sem número de outros excluídos que entre riquezas do cacau e a modernidade da cidade, tinha que inventar uma maneira de sobreviver (ou de acessar os prazeres que esta riqueza e esta modernidade proporcionavam na medida que os excluía).

Para a história de uma civilização ou nação que insistentemente se chama de cacauera, os ladrões são como inimigos internos. O espaço-nação (a narração deste espaço) transforma sua fronteira-medo exterior em uma finitude interior. E como salienta Homi K. Bhabha, “a ameaça de diferença cultural não é mais um problema do ‘outro’ povo. Torna-se uma questão da alteridade do povo-cujo um”.⁴³ E os ladrões não fazem parte nem da história contada sobre Itabuna, nem sobre a região. Eles estão — ou estavam — anônimos na história, sem um passado que os revele, sem uma voz que os justifique. O ladrão é sentenciado pela sua alcunha, pelo crime que cometeu, como se aquilo que fez nada tivesse a ver com a sociedade que ele viveu. Mas o presente histórico dele, sua história, experiência e narração, pode destruir os princípios da cultura que busca voltar a uma civilização verdadeira do cacau.⁴⁴ O espaço de sua experiência revela que bens capitais que excluía, segregavam e hierarquizavam a sociedade foram tomados na base da força. Não há um passado idílico para se buscar nos anos áureos do cacau. O que há no passado são aprendizados que devem ser formulados para o enriquecimento crítico da sociedade.

Uma geração de historiadores que ainda está em formação tem revisado as histórias do sul da Bahia para significar ausências e entender a complexidade de uma sociedade vaidosa por ser rica e subordinadora. Philippe Carvalho talvez foi o primeiro, dentre os que escreveram sobre a região sul da Bahia, que tomou o roubo como uma prática social significativa para mostrar a tensão social existente entre subalternos e coronéis de cacau.⁴⁵ Talvez estejamos chegando mais fundo e até ao impensável para a geração de historiadores que fundou uma gênese historiográfica para esta região. Porque as práticas marginais, por mais difícil que seja estudá-las, nos oferece

43 Homi K. Bhabha, *O local da cultura*, Belo Horizonte, UFMG, 1998, p. 213.

44 Afirma Bhabha que “o presente da história do povo é (...) uma prática que destrói os princípios constantes da cultura nacional que tenta voltar a um passado nacional ‘verdadeiro’, frequentemente representado nas formas reificadas do realismo e do estereótipo”. Bhabha, *O local da cultura*, p. 215.

45 Philippe Murilo Santana de Carvalho, “Nas franjas dos coronéis: histórias de insubordinação de trabalhadores na região sul da Bahia (1915-1930)”, in: Simpósio Nacional de História (20.: 2009: Fortaleza), *História e ética: simpósios temáticos e resumos do XX Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009*, Fortaleza, ANPUH, 2009, p. 206.

rumos distintos para reparar formas de subordinação que usam da história — ou de outra qualquer das ciências humanas — para se legitimar. Os tempos mudaram. Os acontecimentos que modificaram a forma de fazer e se pensar história marcaram também nós historiadores. Isto, conforme Michel de Certeau, “é uma questão crítica”, e “não podemos mais tomar como evidência aquilo que o era até então. As experiências mudaram nossas certezas”.⁴⁶

recebido em 11/08/2013 • aprovado em 27/11/2013

46 de Certeau, *A cultura no plural*, p. 172.